

EDITORIAL DE JUNHO:

O MAL-ESTAR NO ENSINO MÉDIO

A insatisfação com o ensino médio brasileiro e catarinense é multifacetada. Em primeiro lugar constata-se que, nessa etapa da educação básica, há altos índices de exclusão de jovens de 15 a 17 anos. Se o ensino fundamental está quase universalizado, o ensino médio ainda se debate com o desafio da “democratização quantitativa” – conceito de Antoine Prost que se refere à matrícula dos alunos no sistema de ensino. Esse fato contribui para baixar o IDH do Brasil, colocando-o, em escala global, numa situação vergonhosa. A radiografia no estado de Santa Catarina não é muito diferente.

Em segundo lugar, o ensino médio brasileiro e catarinense é também marcado por altos índices de evasão escolar. O ensino médio é um período em que boa parte dos jovens precisam trabalhar para ajudar a família e por isso abandonam os estudos. Todavia, deve-se também considerar que a escola não é suficientemente atrativa para os jovens, que geralmente têm posições mais críticas e contestadoras perante a sociedade e suas instituições. Para tanto – para o fenômeno da evasão escolar – contribuem fatores intraescolares como a falta de estrutura física dos edifícios escolares, o currículo desinteressante e, sobretudo, a desvalorização do professor. Essa situação tem produzido a geração “nem nem”, que não estuda e não trabalha e não tem muito futuro.

Por fim, o descontentamento perante a qualidade do ensino médio. As pesquisas nacionais indicam que, grosso modo, há uma clivagem entre as escolas públicas estaduais, que têm os piores índices de avaliação, e os colégios privados, assim como os de aplicação das universidades públicas e os militares, que geralmente são mais bem colocados. O que este último grupo de colégios têm em comum é a melhor remuneração dos seus professores. No entanto, é preciso diferenciar os altos salários pagos por colégios privados de elite, geralmente bilíngues, daqueles das pequenas escolas particulares de bairro. Para o avanço significativo da qualidade do ensino médio, a melhoria da estrutura física da escola é importante assim como a reforma curricular, mas o cerne da questão é a implantação de uma carreira docente atrativa, que quebre o círculo vicioso da desvalorização docente-esvaziamento dos cursos de licenciatura.

A reforma do ensino médio brasileiro em andamento não é convincente. Começou de forma açodada por meio da MP nº 746, de 22 de setembro de 2016, restringindo o debate, especialmente para os professores e alunos. Essa medida provisória foi convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que, em nome da educação em tempo integral no ensino médio, reestrutura radicalmente o seu currículo. Ou seja, determina que somente língua portuguesa e matemática serão disciplinas obrigatórias, e de outra parte estabelece cinco itinerários formativos, dentre os quais cada estudante deverá escolher um. Os itinerários formativos – linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências naturais e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e suas tecnologias e formação técnica e profissional – serão definidos pelos sistemas de ensino.

Pois bem, as dúvidas e críticas à atual reforma do ensino médio são diversas e pertinentes. A educação em tempo integral no ensino médio demanda recursos financeiros para remunerar mais professores e construir mais infraestrutura nas escolas. Esses recursos não estão garantidos como política de Estado e, se o professor continuar sem uma carreira profissional atraente, o problema só se ampliará. A questão da flexibilização curricular, pedagogicamente bem-vinda, apresenta operacionalização frágil, especialmente nos municípios que têm somente um colégio de ensino médio – aproximadamente a metade no Brasil e em Santa Catarina. E a exclusão de disciplinas da área de ciências humanas no currículo do ensino médio vai prejudicar a formação cidadã do estudante. Além de um alto grau de incerteza, a reforma do ensino médio em curso vai contribuir para gerar ainda mais desigualdades escolares e sociais.

Desta forma, o Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina (OEMESC), formado por uma rede de professores e de estudantes de universidades públicas e comunitárias, procura se debruçar sobre os impasses do ensino médio no território catarinense, contextualizado em nível nacional e global e com uma atenção prioritária à rede pública estadual. O OEMESC, enfim, envida esforços para ajudar a construir um ensino pedagogicamente consistente e socialmente justo em Santa Catarina.

Norberto Dallabrida

Professor da UDESC

Coordenador do OEMESC